

# Jesus e Economia no Evangelho de Marcos

Uwe Wegner

O que se segue quer ser um diálogo com Gottfried Brakemeier. Ano passado, ele escreveu nesta revista um artigo intitulado “A Proposta de Jesus; uma Discussão com Uwe Wegner” (*Estudos Teológicos*, 32(2):192-208, 1992). Esta contribuição queria ser uma avaliação crítica de ensaio meu publicado num livro dedicado a Carlos Mesters, onde abordei a temática da economia proposta por Jesus segundo o Evangelho de Marcos (*Reflexos da Brisa Leve*, Belo Horizonte, CEBI, 1991, p. 93-110). Confesso que não travo o diálogo com gosto dentro desta revista, pois muitos/as leitores/as não possuem o meu artigo na íntegra. Brakemeier, é verdade, faz um resumo do seu conteúdo no início do que escreve, mas resumos não são a melhor base para discussões. Mesmo assim, vou tentar responder àquilo que o colega apresenta. Mas, em respeito aos/às leitores/as que não possuem o meu artigo original, optei a) usar um corpo menor, e b) ser o mais breve possível, pelo que peço compreensão. Antes de iniciar, deixo expresso o meu agradecimento a Gottfried Brakemeier pela franqueza de suas colocações e pelo tom amistoso com que coloca seus argumentos a favor e contra. As discussões são boas porque depuram a verdade. O colega tem razão: “Não existe educação libertadora sem o diálogo.” (P. 192.)

Em resposta às posições de Brakemeier, tenho o seguinte para colocar:

## I — A Natureza dos Dois Textos

### 1) A Natureza do Meu Ensaio

Em 1990, fui convidado a escrever um breve ensaio num livro que seria dedicado a frei Carlos Mesters pela passagem do seu 60º aniversário em 1991. O texto não deveria ser longo, linguagem e conteúdo deveriam ser acessíveis a assessores/as de pastoral e leigos/as engajados/as no trabalho comunitário. O ensaio acabou excedendo o número de páginas previsto, além de ser acompanhado de muitas notas de rodapé. Mas não consegui encurtar mais, em parte devido à natureza do assunto, em parte por falta de tempo.

Esclarecida a natureza exata do meu ensaio, cabe atentar para e avaliar o fato de Brakemeier, por vezes, ter sentido a falta de maior aprofundamento em algumas questões ou áreas (p. ex.: falta melhor definição da relação entre Jesus e os discípulos e o povo: p. 200; falta distinção entre o que é da redação de Marcos e o que é do Jesus histórico: p. 199; o perfil do projeto de partilha permanece vago e não atualizado: p. 202s., etc.).

Em resposta, eu diria que só há que concordar com a constatação feita. De fato o ensaio fica devendo aprofundamentos e distinções, mas o seu objetivo nem era este; ele não tinha sido escrito para ser exaustivo e detalhado. Quanto à questão

do Jesus histórico e do Jesus “redacional” de Marcos, cabe dizer o seguinte: o ensaio pressupõe que a economia retratada e destacada esteja baseada no Jesus histórico. Mas isto a grosso modo, e com base em estudos anteriores e num relativo consenso existente na pesquisa. É claro que se pode discutir nos detalhes. Por exemplo: terá o Jesus histórico feito mesmo duas partilhas de pão ou temos aí a duplicata de uma mesma tradição que se desenvolveu em duas histórias praticamente iguais (Mc 6.35ss. e 8.1ss.)? Mas volto a repetir: entrar nos detalhes dessas questões em um texto com propósitos tão modestos como os definidos acima seria não levar a sério os objetivos que me pediram para observar.

Coisa semelhante vale para o fato de eu não ter apresentado detalhes de opções econômicas para a atualidade. Em realidade haveria nesta área muita coisa a sugerir como alternativas para a economia do neoliberalismo, a exemplo do que propõem paradigmaticamente autores como H. Assmann ou F. Hinkelammert, programas político-partidários como os do PT e revistas como *Tempo e Presença*, *Políticas Governamentais*, *Teoria & Debate*, entre outras. Mas também isso excederia o propósito original do que escrevi e que fica claro desde que se observe atentamente o seu título, a saber: “Jesus e Economia no *Evangelho de Marcos*”. Em estudos deste tipo a gente pode, quando muito, sugerir algumas idéias, o que também fiz mais para a parte final. Porém as concretizações e os detalhes têm que ficar a cargo dos/as leitores/as. No mesmo livro dedicado a Mesters, Aline Steuer, p. ex., escreve um ensaio intitulado “Paulo É Antifeminista”? (p. 111ss.). Deveria ela ser criticada pelo fato de ter se restrito a Paulo e não ter entrado também em considerações sobre a problemática do feminismo na atualidade? Ela, se perguntada, provavelmente diria a mesma coisa que eu: “Não foi meu propósito”. Quer dizer: nestes casos assumo a crítica, mas não tenho por que me defender.

## 2) A Natureza do Artigo de Brakemeier

Acredito que o artigo do colega não é entendido de maneira correta quando interpretado exclusivamente como resposta às minhas posições. Brakemeier apresenta uma crítica a minhas colocações e aproveita esta oportunidade para colocar suas idéias a respeito de uma série de assuntos. Ou seja: seu artigo é uma crítica a minhas colocações e uma exposição parcialmente programática de como ele entende que se deve interpretar o programa de Jesus. Isto faz com que, em grande medida, eu não tenha, num primeiro momento, nada a objetar em relação à maioria de suas posições. Pelo contrário: sinto-me muito bem sintonizado com muitas de suas idéias. As diferenças existentes são quase mais diferenças de acentos e preocupações do que propriamente de conteúdo. Estas últimas também existem, mas são bem menores do que a extensão de seu artigo poderia sugerir num primeiro momento.

## II — Não Fui Superinterpretado?

### 1) O Caso dos Culpados da Morte de Jesus

Brakemeier se reporta à questão nas págs. 196-199. Ele defende a idéia de que todos são culpados na morte de Jesus na cruz. Fá-lo no interesse de evitar que seja cimentada uma “trágica subdivisão da humanidade em ‘nós justos aqui’ e ‘vo-

cês pecadores lá””. E conclui: “Sei que este não é propósito de Wegner. Mas como evitá-lo, se somente uns devem ser considerados os vilões da história, enquanto a outros não toca culpa nenhuma?” (P. 199.)

Para fazer esta última afirmação o autor se baseia no meu ensaio. Neste eu coloco que o povo simples das vilas e aldeias da Galiléia não deve ser responsabilizado pela morte histórica de Jesus na cruz, embora Jesus tenha morrido também por ele, ou seja, pelos seus pecados. Fi-lo no interesse de não deixar que prevaleça na pesquisa uma tendência que procure neutralizar ou abrandar a responsabilidade histórica das classes economicamente privilegiadas no assassinato de Jesus, interesse ao qual me reporto explicitamente na pág. 95. Por que fiz isto? Evidentemente, porque há essa tendência. Ela é refinada, mas existe. Às vezes é até inconsciente, mas existe. E acho que essa tendência é uma das grandes responsáveis pelo fato de em nossas igrejas o vigor da crítica profética estar praticamente a zero, bem domesticado e controlado, bem a gosto dos grandes vilões.

Brakemeier escreve quatro páginas a respeito. Ao fim delas, parece inegável que o povo simples e explorado também teve e tem uma porção de pecados para confessar a Deus, pelos quais, graças a este mesmo Deus, também morreu Jesus. Não há por que discordar disso. Eu já tinha dito no meu ensaio: “Isto não significa que Jesus não tenha morrido por ele também.” (P. 96.) O que me interessa é saber se, quando recontamos hoje a história da paixão de Jesus, nós ainda estamos sendo fiéis ao princípio de Brakemeier: “O pecado deve ser particularizado. Mas ele não deve ser negado.” Interessa-me saber que nomes e que identidades definidas e particularizadas recebe esse pecado na atual história da paixão de Cristo. Quem é ou quem são os Pilatos do século XX que continuam lavando suas mãos, dizendo que lamentavelmente nada podem fazer? Como se chamam? Se não moram mais na Cesaréia do mar, onde podem ser encontrados? Ou: com que nomes, grupos ou classes — concretamente — a Igreja identifica hoje o grupo do sinédrio, de sumos sacerdotes, anciãos e escribas, diretamente responsável pelo interesse em eliminar Jesus, principalmente quando este fere sua prática financeira fraudulenta e picareta ligada à economia do templo (Mc 11.17-18)? E quem são — particularizadamente — os atuais sumos sacerdotes que “incitam” as multidões a crucificar o Cristo e soltar os Barrabás (Mc 15.11)? O princípio de “particularizar o pecado” é apropriado. A história da paixão nos evangelhos segue esse princípio capítulo por capítulo: os principais agentes da morte de Jesus são colocados à luz do dia. Suspeito que unicamente Pilatos se encontre positivamente maquiado: assim a imagem dos cristãos perante o Império poderia ser melhorada, evitando maiores perseguições. Independentemente desse fato, contudo, a clareza com que os sinóticos “particularizam” os agentes da crucificação de Jesus é notória. E aqui cabe a pergunta: por que a atual história da paixão de Cristo não é mais contada assim? Por que não somos mais fiéis ao princípio correto que Brakemeier levanta? Por que, quando a Igreja reconta hoje a história da paixão, só aparece ainda um único grupo, o dos/as pecadores/as? Há algo de errado com a história da paixão quando ela é recontada desta maneira. Mas é exatamente assim que a ouço ano após ano, desde minha infância. Qual é o problema?

A Igreja, quando não mais particulariza os agentes de pecados sociais, pode estar fazendo assim porque:

a) está de uma ou outra forma comprometida com esses agentes. Isto se dá, por via de regra, porque ela encontra-se — financeiramente — dependente dos mes-

mos. Mas também pode dar-se por uma questão de falta de inserção: Igreja que não tem inserção em meio ao povo, em meio a suas misérias e dramas, dificilmente terá sensibilidade para enxergar as coisas desde uma perspectiva que não seja unicamente a de classe média ou média-alta;

b) não está mais conseguindo diferenciar entre pecado social e pecado pessoal (p. ex.: quem de nós já ouviu algum pregador do evangelho proclamar um “ai de vós, ricos” dentro de nossas igrejas?).

c) o pecado social costuma ser muito bem maquiado. A Igreja, quando não enxerga por detrás dessa maquiagem, deixa-se enrolar pelas explicações que comumente são apresentadas: “É preciso sacrifícios de todos... de todos...”, quando sabemos muito bem que quem paga a conta não são todos. Com isto quero dizer que, sem análise séria e constante de conjuntura, a Igreja terá tudo para ser constantemente enrolada.

A gente poderia, por certo, acrescentar mais argumentos nesta questão. Mas, para o nosso intento, basta reter o seguinte: ou nós conseguimos, efetivamente, particularizar o pecado e dar nome a quem manda atirar, atira e organiza os assassinatos públicos e privados dentro da história, ou a nossa teologia vai ser uma coisa alienante, que deixa tudo como está justamente por nivelar o que não deve ser nivelado.

Dito isto, mais três breves considerações:

1º: Brakemeier é pertinente quando coloca: “Além disto, cumpre respeitar que o pecado pode ter também a forma de apoio clandestino, da omissão, da indiferença, do descompromisso que, sem poder evitar, facilita o crime. Sob esta perspectiva, o povo é ou não é culpado da morte de Jesus?” (P. 196.) Quando li estas palavras me sobreveio o pensamento: é e não é. É porque de fato se acomoda facilmente. Não é porque foi exatamente isto que as igrejas lhe ensinaram a fazer por séculos. Quando o povo quis resistir, na esmagadora maioria das vezes as igrejas saíram correndo a lhe ensinar a manter a “paz social” e a “amar a seus inimigos”. Enquanto isso, o porrete ia caindo solto...

2º: Continuo achando que o conflito entre cidade e campo é uma chave apropriada para entender-se o movimento de Jesus. É evidente que isto não pode significar uma generalização no sentido de admitir-se que Jesus tenha sido contrário a tudo que se encontrava dentro dos muros de uma cidade, como p. ex. também os pobres, diaristas e assalariados. Mas as cidades como centros concentradores de renda, de prestígio, de poder e de exploração forneciam um *habitat* assegurado por “exército e polícia” para que todos esses citados privilégios pudessem ser usufruídos com calma e serenidade. Eu não saberia de outra explicação para o fato de não termos tradições que ligam a atuação pública de Jesus a alguma das importantes cidades da Galiléia, a exemplo de Séforis, Tiberíades, Giscala, Meron (e Magdala), e, simultaneamente, de termos várias tradições que ligam Jesus à importante cidade da Judéia, Jerusalém, mas aí com perseguição e morte de cruz.

3º: Não creio que o fato de o cristianismo posterior a Jesus ter-se tornado um movimento mais de cidade tenha que ser interpretado como um “distanciamento” das propostas originais do Cristo. A pergunta não é se o movimento deveria ter permanecido restrito ao campo ou não; a pergunta é se o movimento, uma vez radicado na cidade, soube ou não contestá-la naquilo que tinha e tem de exploração, discriminação e alienação.

Conclusão: nesta questão relacionada com a morte de Jesus e os pecados da

humanidade não vejo propriamente uma contradição entre o que escrevi e o que defende o colega, e sim interesses diferentes, que levam a colocar outras ênfases.

## 2) Reino de Deus, Escatologia e Utopia

Brakemeier escreve duas páginas (p. 203-205) a respeito da relação entre escatologia e utopia. Ele “pressupõe” que eu entenda o reino de Deus como “utopia real a ser construída por organização popular” (p. 204).

Confesso que neste ponto me senti bastante superinterpretado. No meu ensaio — se estou bem lembrado — não emprego nem o termo “utopia” nem “escatologia”. Muito menos afirmo que o reino de Deus seria uma “utopia real”. Menos ainda afirmo que o “Reino” devesse ser construído por organização popular. Nas págs. 100s. falo da dificuldade de organizar uma “resistência popular” contra os romanos (p. 100) e da necessidade de “todos” assumirem tarefas para que a partilha efetivamente aconteça (p. 101). Mas o projeto de partilha é um entre vários outros aspectos da concretude do Reino. E se a organização popular parece realmente ser importante para a implantação de um projeto de partilha econômica (cf. Mc 6.39s.; 8.6s.), isto não significa que todos os demais aspectos do reino de Deus tenham que — necessariamente — materializar-se da mesma forma dentro da minha concepção.

Creio ser importante fazer estas colocações para que o/a leitor/a entenda que não tenho por que estar me defendendo de coisas que nem afirmo. Assim, p. ex., só há que reafirmar e endossar as limitações que Brakemeier coloca em relação às utopias e ideologias absolutizadas. Contudo, seja-me permitido considerar criticamente ao menos os seguintes aspectos:

1º: Acho que a polêmica feita na pág. 205 com relação à “ruptura” como critério de uma economia evangélica frente a uma economia antievangélica é extremamente infeliz. Que sentido tem, dentro de um contexto desses, sublinhar, como o faz o colega, que a ruptura deve considerar a “provisoriedade do velho”, o contexto de pecado que caracteriza a nossa existência e que “será impossível encontrar um fenômeno, um sistema ou qualquer outra coisa que reúna integralmente as características do novo”? Ora, quem seria tão ingênuo a ponto de pensar que nesta vida pudéssemos construir algo “integralmente” novo? Que sentido tem uma frase dessas no contexto da discussão sobre a economia alternativa de Jesus? Por isso fico me perguntando: contra quem ou com que interesses Brakemeier precisa afirmar com tanta insistência essa condição de provisoriedade? Meu ensaio também está cheio de referências à provisoriedade (cf. p. 102s., itens 3 e 5, etc.)! E, não obstante, pretendi reunir nele uma série de critérios muito claros que poderiam nortear uma proposta de ruptura frente a economias opressoras, proposta essa que se encontra na pág. 108. Por isso não entendo que Brakemeier, quando se pergunta: “Que é ‘novo’ neste mundo?”, não considere esses critérios muito claros dados por Jesus. Ao invés disso, temos como resposta: “Novas são as palavras e os atos de Jesus.” Esta frase é, para mim, infeliz no seu atual contexto literário porque generaliza uma coisa que justamente deveria particularizar no terreno da economia. Quando estava escrevendo o ensaio, a minha pergunta era: dentro do terreno da economia, quais palavras e quais atos de Jesus representaram uma novidade? E minha resposta — volto a repetir — está na pág. 108. Neste aspecto, o que Brake-

meier escreve representa para mim — naquele contexto — um retrocesso, justamente porque generaliza quando deveria basear-se no contrário.

2º: Tenho uma notória dificuldade em nivelar capitalismo e socialismo como ideologias sócio-econômicas. É o que, indiretamente, a meu ver, faz o colega — na pág. 203, por exemplo. Brakemeier avalia capitalismo (de cunho ultraliberal) e socialismo pelos seus lados problemáticos e avanços, mas como se — de uma perspectiva cristã — não houvesse realmente nada mais a dizer. Isto para mim é uma simplificação que o socialismo não merece. O autor diz que o grande problema do capitalismo “é a distribuição”. Mas isto é só uma meia verdade. O que Brakemeier não diz explicitamente é que a distribuição é problemática porque o capitalismo faz do lucro privativo um verdadeiro ídolo e o motor gerador da economia. O que falta dizer é, pois, que o capitalismo se baseia num princípio profundamente antievangélico, contrário à proposta de partilha de Jesus e responsável, em grande medida, pela tão prejudicial exploração salarial e de preços. Daí que afirmam com razão C. e L. Boff: “O máximo que pode fazer a moral no Capitalismo — e isso se pode sempre exigir, como moral interina — é atenuar sua iniquidade mas não suprimi-la. O Capitalismo pode ser mais ou menos imoral, mas não mais ou menos moral. Não é diminuindo os dentes do lobo que se eliminará sua ferocidade.” (*Revista Eclesiástica Brasileira*, vol. 47, fasc. 186, 1987, p. 367.) Neste ponto há uma diferença crucial entre capitalismo e socialismo, já que este último se baseia no princípio diametralmente oposto, a saber, no princípio da socialização da economia, o que tem por objetivo distribuição de lucros e participação nas rendas. Não pretendo negar que os meios que o socialismo real empregou para viabilizar esse princípio (exemplos: estatização do capital — capitalização do Estado; planificação exagerada; restrição às liberdades políticas — apoio aos partidos únicos, etc.) tenham se comprovado, em sua maioria, como errôneos ou unilaterais. Mas há que lembrar aqui mais uma vez as palavras escritas por Frei Betto:

O grande desafio que se coloca hoje à humanidade é encontrar uma alternativa ao capitalismo — que para a fartura de uns exige a pobreza de muitos — e ao socialismo estatocrático. Não se trata de encontrar uma “terceira via”, uma vez que não há alternativa para a supressão da pobreza em que vivem dois terços da humanidade fora da socialização dos bens da terra e dos frutos do trabalho humano. (*Revista Tempo e Presença*, nº 252, ano 12, p. 19.)

Com isto queremos dizer o seguinte: *em termos de economia*, o socialismo apresenta uma “bandeira” cuja sintonia com valores cristãos de partilha e amor ao próximo é inegavelmente superior àquela apresentada pelo capitalismo. Se não conseguirmos mais fazer esta distinção, então acho que algo de profundamente evangélico estará se perdendo em nossa teologia. Em razão desse fato também acho que há uma profunda diferença entre um programa que procure tornar o capitalismo “selvagem” um pouco mais humano e outro que procure meios mais democráticos e participativos de socialização de bens e renda do que o socialismo real conseguiu aplicar até a atualidade.

Um breve comentário merece ainda o que escreve o colega a este propósito nas págs. 202s: “Por mais que desejemos uma sociedade fraterna, necessário se faz contar com as artimanhas do ‘velho Adão’ (...). Julgo incorreto, inclusive, querer eliminar o egoísmo das pessoas. (...) também certa dose de egoísmo é indispensável para a saúde. Confirma-o o Novo Testamento ao admitir o amor a si próprio co-

mo premissa do amor ao próximo. Não se trata de erradicar o egoísmo das pessoas; trata-se, muito antes, de controlá-lo, canalizá-lo e aproveitá-lo para o bem comum, um princípio de extraordinária relevância sócio-ideológica.”

Tudo isto pode estar muito certo. Mas, na prática, há um problema de interpretação. O Novo Testamento, é verdade, faz do amor a si próprio a premissa para o amor ao próximo. Mas não me consta que esta premissa deva ser de ordem temporal. Quer dizer: Jesus não está a sugerir que os indivíduos vivam certa dose de egoísmo num primeiro momento de suas vidas, de suas relações, de sua economia, para só então — depois — se lembrarem também de seus semelhantes, quando estes eventualmente já estiverem na míngua ou morrendo de fome. A história das duas partilhas em Marcos prova exatamente o contrário (Mc 6 e 8). O princípio de extraordinária relevância sócio-ideológica identificado acima por Brakemeier parece estar a sugerir que deveríamos construir a sociedade sobre o pressuposto do egoísmo. A pergunta é: em que medida este pressuposto deve constituir também a base a partir da qual deveríamos construir a sociedade? E como se relacionam esse pressuposto e essa eventual base com o que poderia ser uma outra base, a saber, a humanidade e solidariedade entre as pessoas?

Isto nos leva ao último ponto das reflexões, a saber, à questão da antropologia.

### III — A Relevância da Antropologia para Opções Sócio-Ideológicas

A última citação de Brakemeier apresentada acima nos faz pressupor que por trás de grande parte de suas colocações esteja uma antropologia com contornos bem definidos. Que antropologia é essa?

É a antropologia do *simul iustus et peccator*, a pessoa humana como a mistura de velho e novo Adão. Assim como se encontra colocada pelo colega e como a interpreto, essa antropologia é profundamente tímida. Todo o artigo do colega parece estar constantemente nos lembrando da nossa natureza pecadora e, portanto, inibindo, no fundo, quaisquer transformações mais profundas e arrojadas. Essa natureza má inerente ao ser humano até o final da história também me parece ser a base a partir da qual, para Brakemeier, o valor das ideologias acaba se nivelando. A antropologia com a qual trabalha o colega é uma verdadeira “ducha de água fria” para qualquer projeto de transformação social maior e de longo alcance. O colega parece estar constantemente nos lembrando: sejam modestos, não se iludam com utopias, não se fundamentem muito em esperanças, não sonhem demais... pois o ser humano tem o seu lado mau assegurado e pouca coisa tem chance de mudar em profundidade! Essa impressão não é só minha. Outros colegas leram o artigo de Brakemeier e tiveram opinião semelhante! Pode até ser que as formulações do colega venham bem protegidas teologicamente. Mas a impressão geral é esta. Elas parecem mais preocupadas em partir do velho homem que ainda existe do que do novo em função do qual Cristo viveu, morreu e ressuscitou.

Pergunto-me: esse tipo de antropologia será mesmo o único prato de esperança que, como cristãos, temos a oferecer para um povo oprimido e esfomeado? Será que socialismos reais — daqueles, p. ex., que ainda vingam em Cuba ou na China — não ficam bem mais interessantes para o povo? Lá, dentro de um sistema ateu, o povo tem ao menos o que comer, médicos e hospitais para tratar da sua

saúde, escolas para a educação de suas crianças. Aqui, onde cultivamos a antropologia do *simul iustus et peccator*, num dos maiores países cristãos do mundo, há mais de 30 milhões de pessoas em estado de fome crônica e o sistema de saúde encontra-se em estado de calamidade pública. Brakemeier diz que o real problema do socialismo é a sua antropologia. Pode até ser. Mas o capitalismo também têm antropologias que o sustentam, e nós temos que cuidar para não darmos a nossa contribuição para esta sustentação (cf. o alerta de H. Assmann no seu livro *Clamor dos Pobres e "Racionalidade" Econômica*, p. 51).

Como poderia tal sustentação acontecer na prática? Deveríamos, por acaso, negar que continuamos sendo pecadores e que o egoísmo não pode ser simplesmente erradicado por leis? É claro que não é esse o problema. O problema não está em negar a quantidade de "velho Adão" que ainda permanece em nós, e sim em minimizar, desconsiderar e abafar o novo homem e a nova criatura que Deus quer tornar realidade em e entre nós, e é em razão disso que se é tão tímido e acanhado frente a utopias e ideologias de transformação social. Escreve L. Boff:

Não será a crise de um tipo de socialismo (o autoritário e estatal) que engolirá as esperanças por uma sociabilidade mais humana... Ninguém será tão inimigo de sua própria humanidade a ponto de aceitar como veredicto final da história a condenação de sermos lobos e não amigos uns dos outros. (*Tempo e Presença*, nº 252, p. 34.)

O testemunho bíblico diz que essa fraternidade e amizade podem e devem ser realidade em Cristo: Ef 2.11ss.; Rm 8.12ss.; Gl 3.23ss., etc.! Há, inclusive, momentos claros de ruptura na antropologia bíblica, de ruptura em relação a velhas vidas e velhas práticas, incluindo as econômicas, a exemplo de Rm 6.15-23; Gl 3.23ss.; 2 Co 5.17. Para citarmos só um texto: "Uma vez libertados do pecado, fostes feitos escravos da justiça"!

Parece-me que deveríamos basear nossos princípios de relevância sócio-ideológica muito mais em realidades do homem novo, recriado por Cristo, do que no já tão conhecido egoísmo das pessoas, controlado e canalizado para o bem comum, um controle e uma canalização que aqui no Brasil, ao que me consta, teimam em não dar certo para os próximos, beneficiando unicamente sempre de novo aos próprios egoístas.

Uwe Wegner  
Escola Superior de Teologia  
Caixa Postal 14  
93001-970 São Leopoldo — RS